

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, do Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Bradesco Financiamentos), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Bradesco Financiamentos oferece linhas de financiamento de crédito direto ao consumidor para aquisição de veículos de passeio, de transporte e outros bens e serviços, além de operações de *leasing* e de empréstimos consignados, atuando como financeira do Bradesco.

No segmento veículos, é especializado em oferecer aos clientes e não clientes Bradesco linhas de financiamento e de arrendamento de veículos, com soluções de CDC e *leasing*, com recursos próprios ou de repasses. Os serviços são oferecidos em sua

extensa rede de conveniados formada por revendas e concessionárias de motos, veículos leves e de transporte, totalizando 13.875 parceiros comerciais ativos em todo o País.

No segmento de empréstimos consignados, atua na concessão de empréstimos para aposentados e pensionistas do INSS, empréstimos com desconto em folha de pagamento para funcionários de empresas do setor público federal, estadual e municipal, por meio de 1.846 Correspondentes, abrangendo todos os estados brasileiros.

O Lucro Líquido do exercício de 2013 foi de R\$ 2,1 bilhões e o Patrimônio Líquido de R\$ 27,7 bilhões.

Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e demais colaboradores.

Osasco, SP, 29 de janeiro de 2014.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
	2013	2012		2013	2012
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	48.625.067	45.140.692	CIRCULANTE	23.727.098	20.051.434
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	316	172	DEPÓSITOS (Nota 14a)	19.553.177	16.436.279
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	29.291.525	27.218.082	Depósitos Interfinanceiros	19.553.171	16.436.279
Aplicações no Mercado Aberto	104.268	177.717	Depósitos à Vista	6	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	29.187.257	27.040.365	OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.173.921	3.615.155
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS			Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	8.043	7.249
DERIVATIVOS (Nota 6)	152.353	304.363	Sociais e Estatutárias	1.020.000	10.437
Carteira Própria	64.201	223.704	Fiscais e Previdenciárias (Nota 16a)	1.006.418	1.310.109
Vinculados à Prestação de Garantias	88.152	80.659	Diversas (Nota 16b)	2.139.460	2.287.360
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	481.940	30.973			
Créditos Vinculados (Nota 7)	417.934	-	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	25.310.438	26.921.190
Correspondentes	64.006	30.973	DEPÓSITOS (Nota 14a)	22.775.409	22.792.977
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	16.432.455	15.763.222	Depósitos Interfinanceiros	22.775.409	22.792.977
Operações de Crédito - Setor Privado	17.397.941	16.728.180	OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.535.029	4.128.213
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(965.486)	(964.958)	Fiscais e Previdenciárias (Nota 16a)	2.425.475	2.776.026
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8)	(30.693)	(42.351)	Diversas (Nota 16b)	109.554	1.352.187
Operações de Arrendamentos a Receber - Setor Privado	97.036	280.491			
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(90.354)	(262.836)	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	188.590	132.230
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(37.375)	(60.006)	Resultado de Exercícios Futuros	188.590	132.230
OUTROS CRÉDITOS	1.441.184	1.104.019			
Rendas a Receber (Nota 9a)	104	169	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 17)	27.654.686	26.760.296
Diversos (Nota 9b)	1.441.080	1.103.849	Capital:		
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(3)	- De Domiciliados no País	22.010.000	22.010.000
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	855.987	762.216	Reservas de Lucros	5.644.978	4.750.055
Outros Valores e Bens	319.933	214.030	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(292)	241
Provisões para Desvalorizações	(154.307)	(121.509)			
Despesas Antecipadas	690.361	669.695			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	25.764.439	24.123.376			
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	60.729	129.374			
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	60.729	129.374			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS					
DERIVATIVOS (Nota 6)	218	218			
Carteira Própria	218	218			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	20.140.718	19.334.634			
Operações de Crédito - Setor Privado	20.712.597	20.396.191			
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(571.879)	(1.061.557)			
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8)	(13.086)	(81.891)			
Operações de Arrendamentos a Receber - Setor Privado	39.254	138.821			
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(38.901)	(137.123)			
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(13.439)	(83.589)			
OUTROS CRÉDITOS	4.587.805	3.850.492			
Diversos (Nota 9b)	4.587.805	3.850.492			
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	988.055	890.549			
Despesas Antecipadas	988.055	890.549			
PERMANENTE	2.491.306	4.601.082			
INVESTIMENTOS (Nota 11)	452.750	459.372			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País	449.300	455.967			
- No Exterior	254	209			
Outros Investimentos	12.808	12.808			
Provisões para Perdas	(9.612)	(9.612)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	4.605	4.605			
Outras Imobilizações de Uso	18.628	19.255			
Depreciações Acumuladas	(13.961)	(12.950)			
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Nota 8)	1.997.958	4.098.557			
Bens Arrendados	2.764.579	4.904.722			
Depreciações Acumuladas/Superveniência de Depreciação	(766.621)	(806.165)			
DIFERIDO	-	229			
Gastos de Organização e Expansão	-	7.681			
Amortizações Acumuladas	-	(7.452)			
INTANGÍVEL (Nota 13)	35.933	36.619			
Ativos Intangíveis	72.765	57.606			
Amortizações Acumuladas	(36.832)	(20.987)			
TOTAL	76.880.812	73.865.150	TOTAL	76.880.812	73.865.150

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil			
	2º Semestre	Exercícios findos em	
	2013	31 de dezembro	2012
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	6.591.800	12.984.282	13.136.924
Operações de Crédito (Nota 8g)	4.297.893	8.544.753	8.251.273
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 8g)	992.098	2.211.449	2.718.289
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6e)	1.282.544	2.208.815	2.167.281
Resultado das Aplicações Compulsórias (Nota 7b)	19.265	19.265	81
DESPESA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.522.035	7.406.098	8.554.512
Operações de Captações no Mercado (Nota 14b)	2.142.963	4.156.376	4.271.410
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 8g)	927.409	2.080.394	2.400.125
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Notas 8c e f)	451.663	1.169.328	1.802.977
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.069.765	5.578.184	4.582.412
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(1.275.924)	(2.702.874)	(2.520.781)
Recargas de Prestação de Serviços (Nota 18)	24.639	47.950	55.722
Rendas de Tarifas Bancárias (Nota 18)	93.223	180.461	333.428
Despesas de Pessoal (Nota 19)	(31.102)	(58.222)	(53.232)
Outras Despesas Administrativas (Nota 20)	(550.930)	(995.378)	(851.484)
Despesas Tributárias (Nota 21)	(32.314)	(182.792)	(326.234)
Resultado de Participações em Coligadas Controladas (Nota 11a)	4.844	(8.991)	(16.905)
Outras Receitas Operacionais (Nota 22)	298.272	413.829	197.414
Outras Despesas Operacionais (Nota 23)	(1.082.556)	(2.099.731)	(1.859.490)
RESULTADO OPERACIONAL	1.793.841	2.875.310	2.061.631
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 24)	(135.769)	(135.769)	(135.769)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.658.073	2.739.541	1.925.862
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 26)	(127.336)	(526.444)	(780.780)
LUCRO LÍQUIDO	1.530.737	2.094.923	1.098.635
Número de ações (mil) (Nota 17a)	24.730.835	24.730.835	24.730.835
Lucro por lote de mil ações em R\$	61,90	84,71	44,42

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						
Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Totais	Reservas de Lucros
						Legais
Saldo em 30.6.2013	22.010.000	332.873	4.976.008	10	-	27.318.891
Reversão de dividendos 1º semestre/2013	-	-	5.360	-	-	5.360
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(302)	-	(302)
Lucro Líquido	-	-	-	1.530.737	1.530.737	-
Destinações: Reservas	-	76.537	254.200	-	(330.737)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(1.200.000)	(1.200.000)
Saldo em 31.12.2013	22.010.000	409.410	5.235.568	(292)	-	27.654.686
Saldo em 31.12.2011	22.010.000	249.732	3.412.125	(227)	-	25.671.630
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	468	-	468
Lucro Líquido	-	-	-	1.098.635	1.098.635	-
Destinações: Reservas	-	54.932	1.033.266	-	(1.088.198)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(10.437)	(10.437)
Saldo em 31.12.2012	22.010.000	304.664	4.445.391	241	-	26.760.296
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(533)	-	(533)
Lucro Líquido	-	-	-	2.094.923	2.094.923	-
Destinações: Reservas	-	104.746	790.177	-	(894.923)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(1.200.000)	(1.200.000)
Saldo em 31.12.2013	22.010.000	409.410	5.235.568	(292)	-	27.654.686

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil			
	2º Semestre	Exercícios findos em	
	2013	31 de dezembro	2012
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.658.073	2.621.367	1.879.415
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:			
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	451.663	1.169.328	1.802.977
Depreciações e Amortizações	146.516	361.253	766.505
Constituições/(Reversões) de Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	(39.390)	223.672	563.544
Não de Uso Próprio	(8.404)	32.797	48.561
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(4.844)	8.991	16.905
Insuficiência/Superveniência de Depreciação	772.092	1.693.977	1.667.300
(Ganho)/Perda na Venda de Investimento	-	(2.827)	(2.827)
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado de Uso	10	10	256
(Ganho)/Perda na Venda de Bens Não de Uso Próprio	144.162	221.072	136.226
Outros	169.471	303.970	198.585
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	3.289.349	6.636.437	7.077.447
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	279.908	(2.078.248)	385.212
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	134.290	151.041	(38.624)
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	(35.120)	(33.033)	(9.622)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil	(1.068.571)	(2.717.064)	(5.391.954)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(302.740)	(882.640)	(1.132.661)
Aumento/(Redução) em Depósitos	(9.334.377)	3.099.332	2.097.145
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(1.327.418)	(2.189.580)	2.021.415
Aumento/(Redução) em Resultados de Exercícios Futuros	46.003	56.360	(80.412)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(257.869)	(1.504.392)	(1.526.019)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) das Atividades Operacionais	(8.576.545)	538.213	48.511
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
(Aumento)/Redução em Títulos Disponível para Venda	282	436	(312)
(Aumento)/Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	276.169	(417.934)	3.494
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	206.429	403.258	193.141
Alienação de Investimentos	-	-	2.827
Alienação de Imobilizado de Uso e Arrendamento	70.949	182.750	362.281
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	(355.156)	(653.322)	(378.253)
Aquisição de Investimentos	-	-	(150)
Aquisição de Imobilizado de Uso e Arrendamento	(50.132)	(119.589)	(163.477)
Aplicações no Intangível	(7.864)	(15.250)	(16.253)
Redução de Capital em Investida			

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Bradesco Financiamentos ou Instituição), é uma Instituição financeira que tem como objetivo social a prática de todas as operações ativas, passivas e acessórias permitidas às instituições financeiras e inerentes às carteiras de banco comercial, de arrendamento mercantil e sociedade de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. O Bradesco Financiamentos é parte integrante da Organização Bradesco e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nºs 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Incluem, estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito e de arrendamento mercantil; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 29 de janeiro de 2014.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a operações no exterior que são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período (Portaria MF nº 140/84, do Ministério da Fazenda) e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - classificação

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Operações de crédito, de arrendamento mercantil, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de risco em nove níveis, sendo "A" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias.....	B
• de 31 a 60 dias.....	C
• de 61 a 90 dias.....	D
• de 91 a 120 dias.....	E
• de 121 a 150 dias.....	F
• de 151 a 180 dias.....	G
• superior a 180 dias.....	H

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrual*) das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por no mínimo cinco anos. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e levam em consideração as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:

I - Arrendamentos a receber

Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizados de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

II - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e valor residual garantido (VRG)

Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

III - Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% ao ano na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: veículos e afins, 20% ao ano; móveis e utensílios, 10% ao ano; máquinas e equipamentos, 10% ao ano; e outros bens, 10% ao ano ou 20% ao ano.

IV - Perdas em arrendamentos

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o imobilizado de arrendamento (Nota 8).

V - Superveniência (insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumarizados nos itens II a IV acima diferem das práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil.

Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre as adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação, são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", sendo que para superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 26.

h) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados no resultado de acordo com o princípio da competência. Inclui seguro prestamista e comissões pagas, principalmente à revendedores e concessionárias de veículos e promotoras de venda terceirizadas, pela colocação de operações de crédito.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, os quais são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fazem parte dos ativos do Banco ou quando benefícios futuros não são mais esperados.

i) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital volante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

j) Imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% ao ano; móveis e utensílios e máquinas e equipamentos, sistemas de comunicação e segurança - 10% ao ano; e sistemas de transportes e processamento de dados - 20% a 50% ao ano, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

k) Intangível

Ativo Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Compostos por softwares, que estão registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de softwares são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao mesmo, que serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

l) Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

m) Depósitos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data de balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas, e
- Obrigações legais - provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 15.

o) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias, auferidos (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias, incorridos (em base *pro rata* dia).

p) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Disponibilidades em moeda nacional.....	257	101
Aplicações em ouro.....	59	71
Total de disponibilidades (caixa).....	316	172
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1).....	104.268	177.717
Total caixa e equivalentes de caixa.....	104.584	177.889

(1) Referem-se a operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
					2013	2012

Aplicações no mercado aberto:

Posição bancada

- Notas do tesouro nacional..... 104.268 - - - 104.268 177.717

Aplicações em depósitos interfinanceiros

- Aplicações em depósitos interfinanceiros 20.994 54.909 29.111.354 60.729 29.247.986 27.169.739

Total em 2013..... 125.262 54.909 29.111.354 60.729 29.352.254

% 0,4 0,2 99,2 0,2 100,0

Total em 2012..... 253.704 26.750.434 213.944 129.374 27.347.456

% 0,9 97,8 0,8 0,5 100,0

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez:		
- Rendas de aplicações em operações compromissadas - Posição bancada	16.609	15.705
- Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	2.165.936	2.112.864
Total (Nota 6e).....	2.182.545	2.128.569

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Composição da carteira por emissor

	Em 31 de dezembro - R\$ mil							
	2013		2012					
	1 a 30 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/ contábil (2)	Marcação a mercado
Títulos								
Títulos públicos	-	81.094	8.544	89.638	89.645	(7)	82.833	(8)
Letras financeiras do tesouro.....	-	81.094	8.544	89.638	89.645	(7)	82.833	(8)
Títulos privados	62.715	-	218	62.933	63.420	(487)	221.748	401
Cotas de fundos de investimento - FIDC.....	53.035	-	-	53.035	53.035	-	211.430	-
Ações.....	2.033	-	-	2.033	2.138	(105)	3.002	783
Outros.....	7.647	-	218	7.865	8.247	(382)	7.316	(382)
Total em 2013.....	62.715	81.094	8.762	152.571	153.065	(494)	304.581	393
Total em 2012.....	221.530	-	83.051	-	-	-	304.581	393

b) Classificação por categorias e prazos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil							
	2013		2012					
	1 a 30 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/ contábil (2)	Marcação a mercado
Títulos para negociação (1):	60.682	81.094	8.544	150.320	150.327	(7)	301.361	(8)
Letras financeiras do tesouro.....	-	81.094	8.544	89.638	89.645	(7)	82.833	(8)
Cotas de fundos de investimentos - FIDC.....	53.035	-	-	53.035	53.035	-	211.430	-
Outros.....	7.647	-	-	7.647	7.647	-	7.098	-
Títulos disponíveis para venda (3):	2.033	-	218	2.251	2.738	(487)	3.220	401
Ações.....	2.033	-	-	2.033	2.138	(105)	3.002	783
Outros.....	-	-	218	218	600	(382)	218	(382)
Total em 2013.....	62.715	81.094	8.762	152.571	153.065	(494)	304.581	393
Total em 2012.....	221.530	-	83.051	-	-	-	304.581	393

(1) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas; e

(3) Em 2013, não foram realizadas perdas por *impairment* para os títulos classificados na categoria de disponíveis para venda.

</

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

8) OPERAÇÕES DE CRÉDITO, DE ARRENDAMENTO MERCANTIL, OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

a) Modalidades e prazos

	Curso normal					Total			
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	2013		2012	
	(A)					(A)	%	(A)	%
Operações de crédito									
Empréstimos e títulos descontados.....	539.653	552.701	523.327	1.526.835	2.730.174	10.360.816	46,4	12.027.219	35,9
Financiamentos.....	953.217	933.329	865.644	2.472.182	4.247.086	8.991.501	52,8	20.693.195	61,8
Subtotal	1.492.870	1.486.030	1.388.971	3.999.017	6.977.260	19.352.317	99,2	32.720.414	97,7
Operações de arrendamento mercantil.....	25.675	21.770	19.706	49.738	72.681	104.983	0,8	751.719	2,3
Subtotal	1.518.545	1.507.800	1.408.677	4.048.755	7.049.941	19.457.300	100,0	33.472.133	100,0
Outros créditos (1).....	-	-	-	-	-	-	-	102	-
Total das operações de crédito	1.518.545	1.507.800	1.408.677	4.048.755	7.049.941	19.457.300	100,0	33.472.235	100,0
Avais e Fianças (2).....	-	-	-	-	-	2.163	-	2.255	-
Total em 2013	1.518.545	1.507.800	1.408.677	4.048.755	7.049.941	19.459.463	100,0	33.474.490	100,0
Total em 2012	1.497.258	1.440.789	1.320.164	3.807.082	6.634.346	18.774.851			

	Curso normal					Total			
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias	2013		2012	
	(B)					(B)	%	(B)	%
Operações de crédito									
Empréstimos e títulos descontados.....	23.038	18.399	12.602	24.047	16.169	94.255	15,5	67.080	8,0
Financiamentos.....	123.537	98.305	57.164	106.286	102.115	487.407	80,1	706.564	83,8
Subtotal	146.575	116.704	69.766	130.333	118.284	581.662	95,6	773.644	91,8
Operações de arrendamento mercantil.....	6.206	4.314	4.557	4.774	4.774	26.510	4,4	69.371	8,2
Subtotal	152.781	121.018	74.323	135.107	123.058	608.172	100,0	843.015	100,0
Outros créditos (1).....	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total das operações de crédito	152.781	121.018	74.323	135.107	123.058	608.172	100,0	843.015	100,0
Avais e Fianças (2).....	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total em 2013	152.781	121.018	74.323	135.107	123.058	608.172	100,0	843.015	100,0
Total em 2012	188.903	156.108	96.902	192.245	208.857				

	Curso anormal						Total				Total Geral			
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2013		2012		2013		2012	
	(C)						(C)	%	(C)	%	(A + B + C)	%	(A + B + C)	%
Operações de crédito														
Empréstimos e títulos descontados.....	22.292	22.927	20.195	60.637	107.400	379.896	613.347	21,2	419.932	10,9	16.941.108	44,0	12.514.231	32,8
Financiamentos.....	124.735	124.643	114.610	324.549	549.943	980.384	2.219.064	76,8	3.210.381	83,7	21.169.430	55,0	24.610.140	64,5
Subtotal	147.027	147.570	134.805	385.186	657.343	1.360.280	2.832.411	98,0	3.630.313	94,6	38.110.538	99,0	37.124.371	97,3
Operações de arrendamento mercantil.....	5.538	4.362	4.314	10.245	13.715	18.138	56.912	2,0	208.222	5,4	377.975	1,0	1.029.312	2,7
Subtotal	152.565	152.932	139.119	395.431	671.058	1.378.418	2.889.323	100,0	3.838.535	100,0	38.488.513	100,0	38.153.683	100,0
Outros créditos (1).....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	102	-
Total das operações de crédito	152.565	152.932	139.119	395.431	671.058	1.378.418	2.889.323	100,0	3.838.535	100,0	38.488.513	100,0	38.153.785	100,0
Avais e Fianças (2).....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.163	-	2.255	-
Total em 2013	152.565	152.932	139.119	395.431	671.058	1.378.418	2.889.323	100,0	3.838.535	100,0	38.490.676	100,0	38.156.040	100,0
Total em 2012	186.486	185.781	168.635	481.380	831.718	1.984.535	3.838.535							

(1) A rubrica "Outros Créditos" compreende devedores por compra de valores e bens; e
(2) Registrados em Contas de Compensação.

b) Modalidades e níveis de risco

	Nível de risco										2013		2012	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%	
	Operações de crédito													
Empréstimos e títulos descontados.....	7.696	16.225.342	189.771	151.278	75.940	57.195	36.136	33.037	164.713	16.941.108	44,0	12.514.231	32,8	
Financiamentos.....	51.365	18.286.945	743.724	726.689	262.508	173.274	120.628	103.744	700.553	21.169.430	55,0	24.610.140	64,5	
Subtotal	59.061	34.512.287	933.495	877.967	338.448	230.469	156.764	136.781	865.266	38.110.538	99,0	37.124.371	97,3	
Operações de arrendamento mercantil.....	1.271	245.877	49.914	22.062	8.546	5.807	6.074	5.352	33.072	377.975	1,0	1.029.312	2,7	
Subtotal	60.332	34.758.164	983.409	900.029	346.994	236.276	162.838	142.133	898.338	38.488.513	100,0	38.153.683	100,0	
Outros créditos (1).....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	102	-	
Total em 2013	60.332	34.758.164	983.409	900.029	346.994	236.276	162.838	142.133	898.338	38.488.513	100,0	38.153.785	100,0	
Total em 2012	298	33.223.993	1.340.264	1.069.079	454.685	330.036	263.832	243.292	1.228.206	38.153.785				
%	0,2	90,3	2,6	2,5	0,9	0,6	0,4	0,4	3,3	100,0				
%	87,1	3,5	2,8	1,2	0,9	0,7	0,6	3,2						

c) Composição das operações de crédito e da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Nível de risco	% Mínimo de provisionamento requerido	Carteira				Específica				Provisão			
		Curso normal		Curso anormal		Vencidas		Vencidas		2013		2012	
		Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
AA.....	-	60.332	-	60.332	0,2	-	-	-	-	-	-	-	-
A.....	0,5	34.758.164	-	34.758.164	90,3	-	-	173.768	-	173.768	10,9	166.136	7,7
B.....	1,0	111.329	872.080	983.409	2,6	512	8.209	1.113	92	9.266	0,6	13.519	0,6
C.....	3,0	12.560	887.469	900.029	2,3	2.820	23.804	377	1.236	28.237	1,8	33.433	1,5
Subtotal		34.942.385	1.759.549	36.701.934	95,4	3.332	32.013	175.258	1.328	211.931	13,3	213.088	9,8
D.....	10,0	11.040	335.954	346.994	0,9	5.121	28.474	1.104	69.225	103.924	6,6	136.178	6,3
E.....	30,0	6.739	229.537	236.276	0,6	13.511	55.349	2.022	47.137	118.019	7,4	164.852	7,6
F.....	50,0	6.799	156.039	162.838	0,4	18.400	59.619	3.400	32.486	113.905	7,2	184.619	8,5
G.....	70,0	4.259	137.874	142.133	0,4	25.645	70.866	2.962	42.569	142.062	8,9	243.170	11,2
H.....	100,0	19.796	878.542	898.338	2,3	293.298	565.244	19.706	-	898.338	56,6	1.228.206	58,6
Subtotal		48.633	1.737.946	1.786.579	4,6	355.975	799.552	29.304	191.417	1.376.248	86,7	1.957.025	90,2
Total em 2013		34.991.018	3.497.495	38.488.513		359.307	831.565	204.562	192.745	1.588.179	100,0	1.588.179	
%		90,9	9,1	100,0		22,6	52,4	12,9	12,1	100,0			
Total em 2012		33.472.235	4.681.550	38.153.785		509.241	1.178.778	198.530	283.564	2.170.113		2.170.113	
%		87,7	12,3	100,0		23,5	54,3	9,1	13,1				

d) Concentração das operações de crédito

	2013		2012	
	2013	%	2012	%
Maior devedor.....	3.162	-	4.006	-
Dez maiores devedores.....	26.806	0,1	30.333	0,1
Vinte maiores devedores.....	45.067	0,1	51.538	0,2
Cinquenta maiores devedores.....	84.738	0,2	97.187	0,3
Cem maiores devedores.....	132.199	0,3	150.704	0,4

e) Setor de atividade econômica

	2013		2012	
	2013	%	2012	%
Setor privado	38.488.513	100,0	38.153.785	100,0
Indústria	211.847	0,5	293.225	0,7
Siderurgia, metalurgia e mecânica.....	40.802	0,1	55.395	0,2
Alimentícia e bebidas.....	34.535	0,1	51.798	0,2
Móveis e produtos de madeira.....	26.590	0,1	35.630	0,1

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11) INVESTIMENTOS

a) Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos, foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas".

Em 31 de dezembro - R\$ mil

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Participação no capital (%)	Lucro líquido/(prejuízo) ajustado	Valor contábil		Ajuste decorrente de avaliação (1)	
			Ações	Cotas			2013	2012	2013	2012
Ramo financeiro										
Tibre Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	24.500	44.984	-	24.500	99,999	1.900	44.984	43.102	1.900	1.924
BMC Asset Management DTMV Ltda.	5.500	10.034	-	5.500	99,999	339	10.034	9.698	339	386
Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil.	7.000	26.326	127.700	-	100,000	8.730	26.326	330.205	8.730	15.524
Outras atividades										
BF Promotora de Vendas Ltda.	426.220	366.450	-	426.220	99,999	(19.941)	366.450	71.391	(19.941)	(34.684)
Banco Bradesco Europa S.A.	628.637	935.841	1	-	0,027137	53.926	254	209	15	18
Promosec Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros	3.150	1.106	-	6	100,000	(65)	1.106	1.171	(65)	(88)
Outras Participações.	-	-	-	-	-	-	400	400	-	-
Ganho/perda cambial de investimento no exterior.	-	-	-	-	-	-	-	-	31	15
Total de Investimentos.							449.554	456.176	(8.991)	(16.905)

(1) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultados, quando aplicáveis.

b) Outros investimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Investimentos por incentivos fiscais.	12.216	12.216
Títulos patrimoniais.	2	2
Outros investimentos.	590	590
Subtotal.	12.808	12.808
Provisão para perdas.	(9.612)	(9.612)
Total.	3.196	3.196

12) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição corrigido. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
				Custo líquido de depreciação	
				2013	2012
Instalações, móveis e equipamentos de uso.	10%	6.858	(3.766)	3.092	3.946
Sistemas de segurança e comunicações.	10%	1.138	(910)	228	310
Sistemas de processamento de dados.	20%	10.630	(9.285)	1.345	2.049
Total em 2013.		18.626	(13.961)	4.665	
Total em 2012.		19.255	(12.950)	6.305	

13) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são compostos por *softwares* e respectivos gastos com desenvolvimento. Em 31 de dezembro de 2013 apresentava o valor do custo líquido de amortização de R\$ 35.933 mil (2012 - R\$ 36.619 mil). Amortizações acumuladas correspondiam a R\$ 36.832 mil (2012 - R\$ 20.987 mil).

14) DEPÓSITOS

a) Depósitos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	
	2013	2013	2012	2012	2013	2012
Depósitos interfinanceiros.	1.599.501	7.764.332	10.189.338	22.775.409	42.328.580	39.229.256
Depósitos à vista.	6	-	-	-	6	-
Total em 2013.	1.599.507	7.764.332	10.189.338	22.775.409	42.328.586	39.229.256
%	3,8	18,3	24,1	53,8	100,0	
Total em 2012.	1.497.806	7.519.836	7.418.637	22.792.977	39.229.256	100,0
%	3,8	19,2	18,9	58,1	100,0	

b) Despesas de captação

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Depósitos interfinanceiros.	4.156.376	4.271.410
Total.	4.156.376	4.271.410

15) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A empresa é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

As principais questões são:

COFINS - R\$ 1.378.531 mil (dezembro de 2012 - 1.610.985 mil): Pleiteia calcular e recolher a Cofins, a partir de outubro de 2005, sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da Lei Complementar nº 70/91, afastando-se, assim, a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida pelo parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98;

IRPJ/CSLL - Perdas de Crédito - R\$ 245.893 mil (dezembro de 2012 - R\$ 222.434 mil): Pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, totais ou parciais, sofridas no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9º ao 14º da Lei nº 9.430/96 que só se aplicam às perdas provisórias.

Em novembro de 2013, a Instituição aderiu ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários, com anistia para liquidação de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), instituído pela Lei nº 12.865/13, relativos à contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), de que trata o Capítulo I da Lei nº 9.718/98, devidos por instituições financeiras e companhias seguradoras. A Instituição, também, utilizou da prerrogativa do artigo 17 da Lei nº 12.865/13, que reabriu, até 31 de dezembro de 2013, o prazo para adesão ao programa previsto na Lei nº 11.941/09.

Na Instituição, o principal processo incluído nesse programa refere-se ao questionamento: (i) Calcular e recolher a Cofins, a partir de outubro de 2005, sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da Lei Complementar nº 70/91, afastando-se assim a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida pelo parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98.

Considerando as determinações específicas dos referidos programas, os efeitos contábeis das ações judiciais incluídas na modalidade pagamento à vista foram reconhecidos no momento da adesão.

O total líquido resultante da adesão aos programas foi, substancialmente, registrado na rubrica de "Outras Receitas Operacionais" (Nota 22). A Instituição não se utilizou de prejuízo fiscal ou base negativa de Contribuição Social na liquidação de juros dos débitos inseridos no programa que facultava a Lei nº 12.865/13.

IV - Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Fiscais e previdenciárias (1)		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e previdenciárias (1)
Saldo no início do exercício de 2013.	27.723	99.586	2.118.174
Atualização monetária.	3.387	10.424	83.506
Constituições líquidas de reversões e baixas.	(892)	(120.796)	6.551
Pagamentos (2).	(1.239)	(150.132)	(258.308)
Saldo no final do exercício de 2013 (Nota 16).	28.889	80.664	1.949.923

(1) Compreende, substancialmente, as obrigações legais; e

(2) Na rubrica "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" inclui baixas de processos que foram objeto de adesão ao programa de parcelamento e pagamentos à vista de débitos tributários (Lei nº 12.865/13).

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivadas, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. O principal processo com essa classificação: a) IRPJ e CSLL, relativo ao ano-base de 2008, lançado sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos, no valor total de R\$ 125.106 mil.

16) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Provisões fiscais (Nota 15b).	1.949.923	2.118.174
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar.	841.461	942.466
Provisão para impostos e contribuições diferidos (Nota 26c).	573.533	962.787
Impostos e contribuições a recolher.	66.976	62.708
Total.	3.431.893	4.086.135

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Credores por antecipação de valor residual (Nota 8h).	1.627.018	3.088.598
Credores diversos.	481.817	365.704
Provisões cíveis e trabalhistas (Nota 15b).	109.553	127.309
Provisão para pagamentos a efetuar.	30.626	57.936
Total.	2.249.014	3.639.547

17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 22.010.000 mil (2012 - R\$ 22.010.000 mil) totalmente subscrito e integralizado, é composto por 24.730.834.643 ações ordinárias, nominativas - escriturais, sem valor nominal.

b) Reserva de lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Reservas de lucros.	5.644.978	4.750.055
- Reserva legal (1).	409.410	304.664
- Reserva estatutária (2).	5.235.568	4.445.391

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido, até atingir 20% do capital social realizado. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos e juros sobre o capital próprio relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	
	2013	2012
Lucro líquido.	2.094.923	1.098.635
(-) Reserva legal - 5% sobre o lucro.	(104.746)	(54.932)
Base de cálculo.	1.990.177	1.043.703
Dividendos propostos.	-	10.437
Juros sobre o capital próprio (1).	1.200.000	-
Imposto de renda retido na fonte.	(180.000)	-
Valor líquido a pagar.	1.020.000	-
Percentual em relação ao lucro líquido ajustado.	51,3%	1%
Valor em Reais por lote de mil ações.	41,24	0,42

(1) A serem pagos em 7 de março de 2014, conforme Ata da Reunião da Diretoria de 20 de dezembro de 2013.

18) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E RENDAS DE TARIFAS BANCÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Rendas de cadastro.	180.461	333.428
Taxa de avaliação/substituição de bem.	46.349	53.815
Taxa de aditamento de contratos.	1.449	1.774
Outras.	152	133
Total.	228.411	389.150

19) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Proventos.	19.085	17.748
Provisões trabalhistas.	14.937	12.311
Participação dos empregados nos lucros.	8.562	8.465
Benefícios.	7.797	7.029
Encargos sociais.	7.157	6.706
Treinamento.	684	973
Total.	58.222	53.232

20) DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Serviços técnicos especializados.	500.859	484.972
Serviços de terceiros e do sistema financeiro.	188.978	152.653
Processamento de dados.	74.393	50.529
Doações - Lei Rouanet.	47.141	34.521
Comunicações.	29.800	33.413
Depreciações e amortizações.	17.613	12.748
Propaganda, promoções e publicidade.	8.944	13.639
Viagens.	6.601	6.843
Transportes.	6.253	4.370
Aluguéis.	3.132	4.383
Manutenção e conservação de bens.	954	1.026
Outras (1).	110.710	52.387
Total.	995.378	851.484

(1) Em 2013, inclui R\$ 76.315 mil (2012 - R\$ 7.162 mil) de custas de processo de cobrança.

21) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Contribuição à COFINS.	131.990	261.568
PIS.	42.776	42.505
Imposto sobre serviços - ISS.	2.988	5.269
Outras.	5.038	16.892
Total.	182.792	326.234

22) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	201

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Instituição é parte integrante da organização Bradesco e alguns de seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.
Para 2013, foi determinado o valor máximo de R\$ 1.300 mil (2012 - R\$ 1.200 mil) para remuneração dos Administradores e de R\$ 1.300 mil (2012 - R\$ 1.200 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.
Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

Benefícios de curto prazo a administradores

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Proventos.....	1.243	1.174
Contribuição ao INSS.....	280	264
Total	1.523	1.438

Benefícios pós-emprego

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Planos de previdência complementar de contribuição definida.....	1.300	1.189
Total	1.300	1.189

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
 - Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
 - Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.
- Desta forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

26) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.621.367	1.879.415
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente.....	(1.048.547)	(751.766)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas.....	(3.596)	(6.762)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis (1).....	4.336	(53.732)
Juros sobre o capital próprio pagos.....	480.000	-
Outros valores.....	41.363	31.480
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(526.444)	(780.780)

(1) Contempla o efeito fiscal resultante da adesão ao programa de parcelamento de débitos tributários, com anistia para liquidação de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), instituído pela Lei nº 12.865/13.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(921.336)	(1.362.261)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias.....	394.892	581.481
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(526.444)	(780.780)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil		
	Saldo em 31.12.2012	Constituição	Realização
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	2.036.036	504.191	36.460
Provisões cíveis.....	39.834	32.266	39.834
Provisões fiscais.....	753.480	100.987	168.324
Provisões trabalhistas.....	11.089	3.620	3.153
Provisão para desvalorização de bens não de uso.....	48.604	61.723	48.604
Provisão para perda de títulos e investimento.....	1.667	-	-
Ágio amortizado.....	17.933	-	16.834
Ajuste a valor de mercado dos títulos para negociação.....	546	71	80
Outros.....	107.731	113.054	107.731
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	3.016.920	815.912	421.020
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda.....	-	42	-
Total dos créditos tributários (Nota 9b)	3.016.920	815.954	421.020
Obrigações fiscais diferidas (Nota 16a)	962.787	40.116	429.370
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	2.054.133	775.838	(8.350)

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro de 2013 - R\$ mil		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2014.....	658.580	394.941	1.053.521
2015.....	658.580	394.941	1.053.521
2016.....	639.458	383.467	1.022.925
2017.....	87.331	52.209	139.540
2018.....	88.629	53.676	142.305
Total	2.132.578	1.279.234	3.411.812

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta R\$ 3.207.916 mil (2012 - R\$ 2.869.287 mil) de diferenças temporárias.

e) Obrigações fiscais diferidas

A sociedade possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 573.533 mil (2012 - R\$ 962.787 mil) relativas a: Superficiência de depreciação R\$ 434.800 mil (2012 - R\$ 863.857 mil), ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (2012 - R\$ 313 mil) e atualização monetária de depósitos judiciais de R\$ 138.733 mil (2012 - R\$ 98.617 mil).

27) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Avals e Fianças prestados a clientes totalizam R\$ 2.163 mil (2012 - R\$ 2.255 mil), os quais estão sujeitos a encargos financeiros e a prestação de contra garantias pelos beneficiários.

b) O Banco Bradesco Financiamentos S.A. utiliza a infraestrutura operacional e administrativa da controlada BF Promotora de Vendas Ltda., que mantém planos de previdência complementar para seus empregados e dirigentes, na modalidade de contribuição definida, administrados pela Bradesco Vida e Previdência S.A. Em 31 de dezembro de 2013, esses planos encontram-se integralmente cobertos pelo patrimônio do FIFE - Fundo de Investimento Financeiro Exclusivo, onde estão aplicadas as provisões técnicas.

c) O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil.

d) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização Bradesco, motivo de constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil da atividade da Organização Bradesco.

O Bradesco Financiamentos como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

e) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

f) Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13) que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins. A MP 627/13 dispõe sobre:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- O parcelamento especial de contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da seguridade Social - Cofins.

A Instituição aguardará a conversão em Lei da MP 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes.

g) Não houve qualquer evento subsequente que requer ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2013.

A DIRETORIA

Célio Magalhães – Contador – CRC 1SP199295/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica "provisão para superficiência ou insuficiência de depreciação", classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas às demonstrações contábeis nº 3f.V e 8h. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação de saldos mencionada no parágrafo anterior, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bradesco Financiamentos S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2013, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 29 de janeiro de 2014



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Claúdio Rogério Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0

Aos Administradores do

Banco Bradesco Financiamentos S.A.

Osasco – SP

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradesco Financiamentos S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Certificação Digital
Imprensa Oficial**

Segurança e agilidade na
administração da sua
empresa.

- Substituição dos documentos em papel pelo equivalente eletrônico conservando sua validade jurídica
- Assinatura digital de documentos
- Transações eletrônicas seguras
- Adequação às exigências da Receita Federal
- Emissão de procurações eletrônicas de qualquer lugar do mundo

www.imprensaoficial.com.br

io | certificação digital

SAC 0800 01234 01

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO



Banco Bradesco Financiamentos S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 07.207.996/0001-50

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No segmento de empréstimos consignados, atua na concessão de empréstimos para aposentados e pensionistas do INSS, empréstimos com desconto em folha de pagamento para funcionários de empresas do setor público federal, estadual e municipal, por meio de 1.846 Correspondentes, abrangendo todos os estados brasileiros.

O Lucro Líquido do exercício de 2013 foi de R\$ 2,1 bilhões e o Patrimônio Líquido de R\$ 27,7 bilhões.

Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e demais colaboradores.

Osasco, SP, 29 de janeiro de 2014.

Diretoria

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, do Banco Bradesco Financiamentos S.A. (Bradesco Financiamentos), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Bradesco Financiamentos oferece linhas de financiamento de crédito direto ao consumidor para aquisição de veículos de passeio, de transporte e outros bens e serviços, além de operações de leasing e de empréstimos consignados, atuando como financeira do Bradesco.

No segmento veículos, é especializado em oferecer aos clientes e não clientes Bradesco linhas de financiamento e de arrendamento de veículos, com soluções de CDC e *leasing*, com recursos próprios ou de repasses. Os serviços são oferecidos em sua extensa rede de conveniados formada por revendas e concessionárias de motos, veículos leves e de transporte, totalizando 13.875 parceiros comerciais ativos em todo o País.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

	2013	2012		2013	2012
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	46.625.067	45.140.692	CIRCULANTE	23.727.096	20.051.434
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	316	172	DEPÓSITOS (Nota 14a)	19.553.177	16.436.279
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	29.291.525	27.218.082	Depósitos Interfinanceiros	19.553.171	16.436.279
Aplicações no Mercado Aberto	104.268	177.717	Depósitos à Vista	6	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	29.187.257	27.040.365	OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.173.921	3.615.155
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	152.353	304.363	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assementados	8.043	7.249
Carteira Própria	294.201	224.201	Sociais e Estatutárias	1.020.000	10.437
Vinculados à Prestação de Garantias	88.152	80.659	Fiscais e Previdenciárias (Nota 16a)	1.006.418	1.310.109
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	481.940	30.973	Diversas (Nota 16b)	2.139.460	2.287.360
Créditos Vinculados (Nota 7)	417.934	-			
Correspondentes	54.006	30.973			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	16.432.455	15.763.222	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	25.310.438	26.921.190
Operações de Crédito - Setor Privado	17.397.941	16.728.180	DEPÓSITOS (Nota 14a)	22.775.409	22.792.977
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(965.486)	(964.958)	Depósitos Interfinanceiros	22.775.409	22.792.977
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8)	(30.693)	(42.351)	OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.535.029	4.128.213
Operações de Arrendamentos a Receber - Setor Privado	97.036	280.491	Fiscais e Previdenciárias (Nota 16a)	2.425.475	2.776.026
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(80.354)	(262.836)	Diversas (Nota 16b)	109.554	1.352.187
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(37.375)	(60.006)			
OUTROS CRÉDITOS	1.441.184	1.104.015	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	188.590	132.230
Rendas a Receber (Nota 9a)	104	169	Resultado de Exercícios Futuros	188.590	132.230
Diversos (Nota 9b)	1.441.080	1.103.849			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	-	(9)			
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	855.987	762.216	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 17)	27.654.686	26.760.296
Outros Valores e Bens	319.933	214.030	Capital:		
Provisões para Desvalorizações	(154.307)	(121.509)	- De Domiciliados no País	22.010.000	22.010.000
Despesas Antecipadas	690.361	669.695	Reservas de Lucros	5.644.978	4.750.055
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	25.764.439	24.123.376	Ajustes de Avaliação Patrimonial	(292)	241
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	90.729	129.374			
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	60.729	129.374			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6)	218	218			
Carteira Própria	218	218			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	20.140.718	19.334.634			
Operações de Crédito - Setor Privado	20.712.597	20.398.191			
Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa	(571.879)	(1.061.557)			
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 8)	(13.086)	(81.891)			
Operações de Arrendamentos a Receber - Setor Privado	39.254	138.821			
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(38.901)	(137.123)			
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(13.439)	(83.589)			
OUTROS CRÉDITOS	4.587.805	3.850.492			
Diversos (Nota 9b)	4.587.805	3.850.492			
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	988.055	890.549			
Despesas Antecipadas	988.055	890.549			
PERMANENTE	2.491.306	4.601.082			
INVESTIMENTOS (Nota 11)	452.750	459.372			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País	449.300	455.967			
- No Exterior	254	209			
Outros Investimentos	12.808	12.808			
Provisões para Perdas	(9.612)	(9.612)			
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	4.665	6.305			
Outras Imobilizações de Uso	18.626	19.255			
Depreciações Acumuladas	(13.961)	(12.950)			
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Nota 8)	1.997.958	4.098.557			
Bens Arrendados	2.764.379	4.904.722			
Depreciações Acumuladas/Superveniência de Depreciação	(766.621)	(806.165)			
DIFERIDO	-	229			
Gastos de Organização e Expansão	-	7.681			
Amortizações Acumuladas	-	(7.452)			
INTANGÍVEL (Nota 13)	35.933	36.619			
Ativos Intangíveis	72.765	57.606			
Amortizações Acumuladas	(36.832)	(20.987)			
TOTAL	76.880.812	73.865.150	TOTAL	76.880.812	73.865.150

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	2º Semestre 2013	Exercícios findos em 31 de dezembro 2013	
	2013	2013	2012
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	6.591.800	12.984.282	13.136.924
Operações de Crédito (Nota 8g)	4.297.893	8.544.753	8.251.273
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 8g)	992.098	2.211.449	2.718.289
Resultado das Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6e)	1.282.544	2.208.815	2.167.281
Resultado das Aplicações Compulsórias (Nota 7b)	19.265	19.265	81
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.522.035	7.406.998	8.554.454
Operações de Captações no Mercado (Nota 14b)	2.142.963	4.156.376	4.271.410
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 8g)	927.409	2.080.394	2.480.125
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Notas 8c e f)	451.663	1.169.328	1.802.977
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	3.069.765	5.578.184	4.582.412
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(1.275.924)	(2.702.874)	(2.520.781)
Recitas de Prestação de Serviços (Nota 18)	24.639	47.579	24.572
Rendas de Tarifas Bancárias (Nota 18)	93.223	180.461	333.428
Despesas de Pessoal (Nota 19)	(31.102)	(58.222)	(53.232)
Outras Despesas Administrativas (Nota 20)	(550.930)	(995.378)	(851.484)
Despesas Tributárias (Nota 21)	(32.314)	(182.792)	(326.234)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 11a)	4.844	8.391	16.905
Outras Receitas Operacionais (Nota 22)	298.272	413.829	197.411
Outras Despesas Operacionais (Nota 23)	(1.082.556)	(2.059.731)	(1.859.490)
RESULTADO OPERACIONAL	1.793.841	2.875.310	2.061.631
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 24)	(135.768)	(253.943)	(182.216)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.658.073	2.621.367	1.879.415
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 26)	(127.336)	(127.336)	(127.336)
LUCRO LÍQUIDO	1.530.737	2.094.923	1.098.635
Número de ações (mil) (Nota 17a)	24.730.835	24.730.835	24.730.835
Lucro por lote de mil ações em R\$	61,90	84,71	44,42

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil

	2º Semestre 2013	Exercícios findos em 31 de dezembro 2013	
	2013	2013	2012
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.658.073	2.621.367	1.879.415
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:			
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	451.663	1.169.328	1.802.977
Depreciações e Amortizações	146.516	361.253	766.505
Constituições/(Reversões) de Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	(39.390)	223.672	563.544
Constituições/(Reversões) de Provisões para Desvalorização de Bens Não de Uso Próprio	(8.404)	32.797	46.561
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	4.844	8.391	16.905
Insuficiência/(Superveniência) de Depreciação	772.092	1.693.977	1.667.300
(Ganho)/Perda na Venda de Investimento	-	-	(2.827)
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado de Uso	10	10	256
(Ganho)/Perda na Venda de Bens Não de Uso Próprio	144.162	221.072	136.226
Outros	169.471	303.970	198.585
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	3.289.349	7.097.447	5.797.447
(Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	279.908	(2.078.248)	385.212
(Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	134.290	151.041	(38.624)
(Aumento)/Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	(35.120)	(33.033)	(9.622)
(Aumento)/Redução em Operações de Crédito e de Arrendamento Mercantil	(1.068.571)	(2.717.064)	(5.391.954)
(Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(302.740)	(882.640)	(1.132.661)
(Aumento)/Redução em Depósitos	(9.334.377)	3.099.332	2.097.145
(Aumento)/Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	276.169	(417.934)	3.494
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	206.429	403.258	193.141
Alienação de Investimentos	-	-	2.827
Alienação de Imobilizado de Uso e Arrendamento	70.949	182.750	362.281
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	(355.156)	(653.322)	(378.253)
Aquisição de Investimentos	-	-	(150)
Aquisição de Imobilizado de Uso e Arrendamento	(50.132)	(119.589)	(163.477)
Aplicações no Intangível	(7.864)	(15.250)	(16.253)
Redução de Capital em Investida	165.000	165.000	-
Aumento de Capital em Investida	(315.000)	(315.000)	-
Dividendos Recebidos	147.596	147.596	319
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	138.373	(621.955)	3.617
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Dividendos Pagos	10.437	10.437	-
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	10.437	10.437	-
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(8.427.735)	(73.305)	52.128
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	8.532.319	177.889	125.761
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	104.584	104.584	177.889
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(8.427.735)	(73.305)	52.128

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Patrimônio Patrimonial Próprio	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutárias			
Saldos em 30.6.2013	22.010.000	332.873	4.976.008	10	-	27.318.891
Reversão de dividendos 1º semestre/2013	-	-	5.360	-	-	5.360
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(302)	-	(302)
Lucro Líquido	-	-	-	-	1.530.737	1.530.737
Destinações - Reservas	-	76.537	254.200	-	(330.737)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(1.200.000)	(1.200.000)
Saldos em 31.12.2013	22.010.000	409.410	5.235.568	(292)	-	27.654.686
Saldos em 31.12.2011	22.010.000	249.732	3.412.125	(227)	-	25.671.630
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	468	-	468
Lucro Líquido	-	-	-	-	1.098.635	1.098.635
Destinações - Reservas	-	54.932	1.033.266	-	(1.088.198)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(10.437)	(10.437)
Saldos em 31.12.2012	22.010.000	304.664	4.445.391	241	-	26.760.296
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(533)	-	(533)
Lucro Líquido	-	-	-	-	2.094.923	2.094.923

...continuação

Bradesco Financiamentos

Banco Bradesco Financiamentos S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 07.207.996/0001-50

Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	B
de 31 a 60 dias	C
de 61 a 90 dias	D
de 91 a 120 dias	E
de 121 a 150 dias	F
de 151 a 180 dias	G
superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (accrual) das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e levam em consideração as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizadas de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:

I - Arrendamentos a receber
Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

II - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e valor residual garantido (VRG)
Registradas pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

III - Imobilizado de arrendamento
É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% ao ano na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: veículos e afins, 20% ao ano; móveis e utensílios, 10% ao ano; máquinas e equipamentos, 10% ao ano; e outros bens, 10% ao ano ou 20% ao ano.

IV - Perdas em arrendamentos
Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o imobilizado de arrendamento (Nota 8).

V - Superveniência (insuficiência) de depreciação
Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumariados nos itens II a IV acima diferem das práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil.

Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre as adições temporárias, são registrados nas rubricas "Outros Créditos" e a provisão para as obrigações fiscais decorrentes de depreciação é aplicada somente a utilização de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas Leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, bem como a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentadas na Nota 26.

h) Despesas antecipadas
São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados no resultado de acordo com o princípio da competência. Inclui despesas e comissões pagas, principalmente a revendedores e concessionárias de veículos e promotoras de venda terceirizadas, pela colocação de operações de crédito.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, os quais são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fazem parte dos ativos do Banco ou quando benefícios futuros não são mais esperados.

i) Investimentos
Os investimentos em empresas controladas e coligadas com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas/redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

j) Imobilizado
Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado o custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% ao ano; móveis a utensílios e máquinas e equipamentos, sistemas de comunicação e segurança - 10% ao ano; e sistemas de transportes e processos de dados - 20% a 50% ao ano, e ajustado por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

k) Intangível
Ativo Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

Compostos por softwares, que estão registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de softwares são reconhecidos como ativo quando há intenção e capacidade de concluir tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao mesmo, que serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

l) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

m) Depósitos
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data de balanço, reconhecidos em base pro rata dia.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não são divulgados contabilmente, pois são considerados como perdas potenciais, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

- Obrigações legais - provisão para riscos fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é de sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentadas na Nota 15.

8) OPERAÇÕES DE CRÉDITO, DE ARRENDAMENTO MERCANTIL, OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Operações de crédito	Curso normal					Acima de 360 dias	2013		2012	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias		(A)	%	(A)	%
Empréstimos e títulos descontados	539.653	552.701	523.327	1.526.835	2.730.174	10.360.816	16.233.506	46,4	12.027.219	35,9
Financiamentos	953.217	933.329	865.644	2.472.182	4.247.086	8.991.501	18.492.959	52,8	20.693.195	61,8
Subtotal	1.492.870	1.486.030	1.388.971	3.999.017	6.977.260	19.352.317	34.696.465	99,2	32.720.414	97,7
Operações de arrendamento mercantil	25.675	21.770	19.706	72.681	49.738	104.983	294.553	0,8	751.719	2,3
Subtotal	1.518.545	1.507.800	1.408.677	4.048.755	7.049.941	19.457.300	34.991.018	100,0	33.472.133	100,0
Outros créditos (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	102	-
Total das operações de crédito	1.518.545	1.507.800	1.408.677	4.048.755	7.049.941	19.457.300	34.991.018	100,0	33.472.235	100,0
Avais e Fianças (2)	-	-	-	-	-	2.163	2.163	-	2.255	-
Total em 2013	1.518.545	1.507.800	1.408.677	4.048.755	7.049.941	19.459.463	34.993.181	100,0	33.474.490	100,0
Total em 2012	1.497.258	1.440.789	1.320.164	3.807.082	6.634.346	18.774.851	33.474.490	100,0	33.474.490	100,0

Operações de crédito	Curso normal					Acima de 360 dias	2013		2012	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias		(B)	%	(B)	%
Empréstimos e títulos descontados	23.038	18.399	2.602	24.047	16.169	94.255	15,5	67.080	8,0	
Financiamentos	123.537	98.305	57.164	106.286	102.115	487.407	80,1	706.564	83,8	
Subtotal	146.575	116.704	69.766	130.333	118.284	581.662	95,6	773.644	91,8	
Operações de arrendamento mercantil	6.206	4.257	2.633	4.774	8.340	26.510	4,4	69.371	8,2	
Subtotal	152.781	121.261	72.399	135.107	126.624	608.172	100,0	843.015	100,0	
Total em 2013	152.781	121.261	72.399	135.107	126.624	608.172	100,0	843.015	100,0	
Total em 2012	188.903	156.108	96.902	192.245	208.857	843.015	100,0	843.015	100,0	

Operações de crédito	Curso anormal					Acima de 360 dias	2012		2013		Total Geral	
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias		(C)	%	(C)	%	(A + B + C)	%
Empréstimos e títulos descontados	22.292	22.927	20.195	60.637	107.400	378.896	613.347	21,2	419.932	10,9	16.941.108	44,0
Financiamentos	124.735	124.843	114.610	324.549	549.943	960.384	2.219.064	76,8	3.210.381	83,7	21.169.430	55,0
Subtotal	147.027	147.770	134.805	385.186	657.343	1.360.280	2.832.411	98,0	3.630.313	94,6	38.110.538	99,9
Operações de arrendamento mercantil	5.538	4.962	4.314	10.245	13.715	18.138	56.912	2,0	208.222	5,4	377.975	1,0
Subtotal	152.565	152.732	139.119	395.431	671.058	1.378.418	2.889.323	100,0	3.838.535	100,0	38.488.513	100,0
Outros créditos (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	102	-
Total das operações de crédito	152.565	152.732	139.119	395.431	671.058	1.378.418	2.889.323	100,0	3.838.535	100,0	38.488.513	100,0
Avais e Fianças (2)	-	-	-	-	-	-	-	-	2.163	-	2.255	-
Total em 2012	152.565	152.732	139.119	395.431	671.058	1.378.418	2.889.323	100,0	3.840.698	100,0	38.153.785	100,0
Total em 2013	186.486	185.781	168.635	481.380	831.718	1.984.535	3.838.535	100,0	38.490.676	100,0	38.156.040	100,0

(1) A rubrica "Outros Créditos" compreende devedores por compra de valores e bens e (2) Registrados em Contas de Compensação.

b) Modalidades e níveis de risco

Operações de crédito	Nível de risco										2013		2012	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%	
Empréstimos e títulos descontados	7.696	16.225.342	189.771	151.278	75.940	57.195	36.136	33.037	164.713	16.941.108	44,0	12.514.231	32,8	
Financiamentos	51.365	18.286.945	743.724	726.889	262.508	173.274	120.628	103.744	700.553	21.169.430	55,0	24.610.140	64,5	
Subtotal	59.061	34.512.287	933.495	877.967	338.448	230.469	156.764	136.781	865.266	38.110.538	99,0	37.124.371	97,3	
Operações de arrendamento mercantil	1.271	245.877	49.914	22.062	8.546	5.807	6.074	3.072	37.975	1,0	1.029.312	2,7		
Subtotal	60.332	34.758.164	983.409	900.029	346.994	236.276	162.838	142.133	898.338	38.488.513	100,0	38.153.683	100,0	
Outros créditos (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	102	-	
Total em 2013	60.332	34.758.164	983.409	900.029	346.994	236.276	162.838	142.133	898.338	38.488.513	100,0	38.153.785	100,0	
%	0,2	90,3	2,6	2,3	0,9	0,6	0,4	0,4	2,3	100,0	-	-	-	
Total em 2012	298	33.223.993	1.340.264	1.069.079	454.685	330.036	263.932	243.292	1.228.206	38.153.785	100,0	38.153.785	100,0	
%	-	8												

continuação



Banco Bradesco Financiamentos S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 07.207.996/0001-50
Sede: Cidade de Deus, s/nº - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

d) Concentração das operações de crédito

	2013		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	%	2012	%
Maiores devedor	3.162	-	4.006	-
Dez maiores devedores	26.806	0,1	30.333	0,1
Vinte maiores devedores	45.261	0,1	119.528	0,3
Quinquenta maiores devedores	84.738	0,2	97.187	0,3
Cem maiores devedores	132.199	0,3	150.704	0,4

e) Setor de atividade econômica

	2013		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	%	2012	%
Setor privado	38.488.513	100,0	38.153.785	100,0
Indústria	211.847	0,5	293.225	0,7
Siderurgia, metalurgia e mecânica	40.902	0,1	55.395	0,1
Alimentícia e bebidas	34.535	0,1	51.798	0,2
Móveis e produtos de madeira	26.590	0,1	35.630	0,1
Materiais não metálicos	23.145	0,1	34.233	0,1
Têxtil e confecções	22.154	0,1	32.535	0,1
Extração de minerais metálicos e não metálicos	14.672	-	17.349	-
Química	11.075	-	13.700	-
Artigos de borracha e plástico	9.259	-	12.912	-
Edição, impressão e reprodução	7.927	-	10.355	-
Eletroeletrônica	4.979	-	6.894	-
Artefatos de couro	4.779	-	6.703	-
Autopeças e acessórios	2.675	-	3.777	-
Veículos leves e pesados	2.506	-	3.164	-
Papel e celulose	2.462	-	4.119	-
Refino de petróleo e produção de álcool	655	-	458	-
Demais indústrias	3.532	-	4.203	-
Comércio	760.219	2,0	1.014.482	2,7
Produtos em lojas especializadas	256.268	0,8	354.369	1,0
Reparação, peças e acessórios para veículos automotores	88.761	0,2	119.528	0,3
Produtos alimentícios, bebidas e fumo	84.524	0,2	119.641	0,3
Veículos automotores	73.744	0,2	75.511	0,2
Varejista não especializado	56.370	0,1	78.764	0,2
Vestuário e calçados	45.322	0,1	65.106	0,2
Resíduos de sucatas	32.079	0,1	37.094	0,1
Artigos de uso pessoal e domésticos	30.819	0,1	39.905	0,1
Intermediário de comércio	26.224	0,1	37.340	0,1
Comerciais	18.457	-	18.929	-
Atacadista de mercadorias em geral	9.797	-	14.633	-
Produtos agropecuários	5.733	-	7.799	-
Demais comércio	32.121	0,1	38.546	0,1
Serviços	922.885	2,4	1.176.944	3,1
Atividades imobiliárias, alugueis e serviços prestados às empresas	303.992	0,8	364.976	1,0
Transportes e armazenagens	230.536	0,6	315.924	0,8
Construção civil	143.068	0,4	184.243	0,5
Serviços sociais, educação, saúde, defesa e seguridade social	60.624	0,2	74.882	0,2
Alojamento e alimentação	56.025	0,1	74.192	0,2
Hóspedes, atividades jurídicas, contábeis e assessoria empresarial	34.382	0,1	41.042	0,1
Atividades associativas, recreativas, culturais e desportivas	30.447	0,1	37.366	0,1
Telecomunicações	9.302	-	12.612	-
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	423	-	635	-
Demais serviços	54.086	0,1	71.072	0,2
Agricultura, pecuária, pesca, silvicultura e exploração florestal	29.797	0,1	37.325	0,1
Pessoas físicas	36.583.260	95,0	35.300.209	93,4
Total	38.488.513	100,0	38.153.785	100,0

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2013		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	%	2012	%
Saldo inicial	1.169.282	-	1.297.807	-
Constituição líquida de reversão	1.169.282	-	1.802.977	-
Baixas para prejuízo	(1.169.282)	-	(1.430.671)	-
Saldo final	1.169.282	-	1.669.113	-
- Provisão específica (1)	1.169.282	-	1.669.113	-
- Provisão genérica (2)	-	-	198.530	-
- Provisão excedente (3)	-	-	283.564	-
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (4)	471.561	-	310.073	-

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;
(2) Condição em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadrada no item anterior;
(3) A provisão excedente é constituída considerando a experiência da Administração e a expectativa de realização da carteira de créditos, de modo a apurar a provisão total julgada adequada para cobrir os riscos específicos e globais dos créditos, associada à provisão calculada de acordo com a classificação pelos níveis de risco e os respectivos percentuais de provisão estabelecidos com mínimos na Resolução nº 2.682/99 do CMN. A provisão excedente por cliente foi classificada nos níveis de riscos correspondentes (Nota 2); e
(4) Recuperações em receitas de operações de crédito.

g) Realizadas de operações de crédito e de arrendamento mercantil

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Empréstimos e títulos descontados	3.554.731	2.741.671
Financiamentos	4.518.461	5.199.529
Subtotal	8.073.192	7.941.200
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	471.561	310.073
Subtotal	8.544.753	8.251.273
Arrendamento mercantil, líquido de despesas	131.055	238.164
Total	8.675.808	8.489.437

h) Demonstrativo da composição da carteira de arrendamento, a valor presente, com os saldos contábeis

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Arrendamentos financeiros a receber	136.290	419.312
(+) Rendas a serem recebidas em arrendamentos a receber	(129.255)	(139.924)
Bens arrendados financeiros + perdas em arrendamentos (líquido)	7.035	279.388
(-) Depreciação acumulada sobre bens arrendados financeiros, líquida de superveniência de depreciação	(766.621)	(806.165)
(-) Depreciações acumuladas	(2.505.823)	(4.281.593)
Superveniência de depreciação	1.739.202	3.455.428
(-) Valor residual garantido antecipado (Nota 16b)	(1.627.018)	(3.088.598)
Total do valor presente	377.975	1.029.312

i) Imobilizado de arrendamento

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Veículos e afins	2.764.174	4.904.324
Máquinas e equipamentos	34	34
Perdas em arrendamentos	371	364
Total de bens arrendados	2.764.579	4.904.722
Depreciação acumulada de bens arrendados	(2.505.823)	(4.281.593)
Superveniência de depreciação	1.739.202	3.455.428
Total da depreciação acumulada	(766.621)	(806.165)
Imobilizado de arrendamento	1.997.958	4.098.557

O Bradesco Financiamentos, para atender o regime de competência, constituiu no exercício, insuficiência de depreciação no montante de R\$ 1.716.225 mil (2012 - R\$ 1.686.336 mil), registrada em imobilizado de arrendamento, e efetuou a realização de superveniência de R\$ 22.249 mil (2012 - R\$ 19.086 mil), classificada em bens não de uso próprio em decorrência da reintegração de posse de bens arrendados e R\$ 1.693.977 mil (2012 - R\$ 1.667.300 mil) em resultado.

9) OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

a) Rendas a receber

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Dividendos	104	169
Total	104	169

b) Diversos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Créditos tributários de impostos e contribuições (Nota 26c)	3.411.854	3.016.920
Devedores por depósitos em garantia	1.965.587	1.610.053
Devedores diversos	204.768	141.661
Impostos e contribuições a compensar	248.461	126.707
Prêmio em operações de cessão de crédito (1)	150.561	-
Títulos e créditos a receber	34.303	43.459
Adiantamentos para pagamentos	9.420	1.421
Opções por incentivos fiscais	3.922	3.922
Outros	9	198
Total	6.028.885	4.954.341

(1) Prêmio pago na aquisição de operações de crédito consignado, que será apropriado pelos prazos dos contratos.

10) OUTROS VALORES E BENS

a) Bens não de uso próprio

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Imóveis	1.339	885
Bens em regime especial	810	885
Veículos e afins	317.033	164.714
Máquinas e equipamentos	711	-
Outros	40	27
Total em 2013	319.933	165.626
Total em 2012	214.030	92.521

b) Despesas antecipadas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Comissões sobre empréstimos - consignados	1.233.821	935.365
Comissões sobre financiamento - veículos	365.980	546.112
Prêmios de seguro sobre créditos concedidos	7	453
Outros	78.608	78.314
Total	1.678.416	1.560.244

11) INVESTIMENTOS

Ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos, foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica de "Resultado de participações em coligadas e controladas".

Empresas	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Capital social	Patrimônio líquido ajustado
Ramo financeiro		
Tibre Distribuidora de Títulos e Valores	-	-
Mobiliários Ltda.	24.500	44.984
BMC Asset Management	-	-
DTVM Ltda.	5.500	10.034
Everest Leasing S.A.	-	-
Arrendamento Mercantil	7.000	26.326
Outras atividades		
BF Promotora de Vendas Ltda.	426.220	366.450
Banco Bradesco Europa S.A.	628.637	935.841
Promosec Cia.	-	-
Securizadora de Créditos Financeiros	3.150	1.106
Outras Participações	-	-
Ganho/perda cambial de investimento no exterior	-	-
Total de investimentos	449.554	456.176

(1) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultados, quando aplicáveis.

b) Outros investimentos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Investimentos por incentivos fiscais	12.216	12.216
Títulos patrimoniais	2	2
Outros investimentos	590	590
Subtotal	12.808	12.808
Provisão para perdas	(9.512)	(9.512)
Total	3.196	3.196

12) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição corrigido. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Instalações, móveis e equipamentos de uso	6.858	3.092
Sistemas de segurança e comunicações	1.138	228
Sistemas de processamento de dados	10.630	1.345
Total em 2013	18.626	4.665
Total em 2012	19.255	6.305

13) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são compostos por softwares e respectivos gastos com desenvolvimento. Em 31 de dezembro de 2013 apresentava o valor do custo líquido de amortização de R\$ 35.933 mil (2012 - R\$ 36.619 mil). Amortizações acumuladas correspondiam a R\$ 36.832 mil (2012 - R\$ 20.987 mil).

14) DEPÓSITOS

a) Depósitos

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Depósitos interfinanceiros	1.599.501	1.089.338
Depósitos à vista	6	6
Total em 2013	1.599.507	1.089.344
Total em 2012	1.497.806	7.418.637

b) Despesas de captação

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2013	2012
Depósitos interfinanceiros	4.156.376	4.271.410
Total	4.156.376	4.271.410

15) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.
b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias
A empresa é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição de tais provisões a administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável. A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado a obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não cabia mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da Consolidação das Leis do Trabalho. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de Tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

As principais questões são:

COFINS - R\$ 1.378.531 mil (dezembro de 2012 - R\$ 1.610.985 mil): Pleiteia calcular e recolher a Cofins, a partir de outubro de 2005, sobre o efetivo faturamento, cujo conceito consta do artigo 2º da Lei Complementar nº 70/91, afastando-se, assim, a inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida pelo parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98;

IRPJ/CSLL - Perdas de Créditos - R\$ 245.893 mil (dezembro de 2012 - R\$ 222.434 mil): Pleiteia deduzir, para efeito de apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, devidos, o valor das perdas efetivas e definitivas, totais ou parciais, sofridas no recebimento de créditos, independentemente do atendimento das condições e prazos previstos nos artigos 9

Ativos (passivos)		Em 31 de dezembro - R\$ mil	
2013	2012	2013	2012
Aplicações em depósitos interfinanceiros:			
Banco Bradesco S.A. 29.247.986 27.169.288 2.165.936 2.112.850			
Captações em depósitos interfinanceiros:			
Banco Bradesco S.A. (40.318.190) (39.229.256) (4.059.827) (4.271.410)			
Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (2.010.390) - (96.549) -			
Aplicações no mercado aberto:			
Banco Bradesco S.A. 104.268 177.717 16.609 15.705			
Dividendos e juros sobre o capital próprio:			
Banco Bradesco S.A. (1.020.000) (10.437) - -			
Tibre DTVM Ltda. 18 18 - -			
Everest Leasing S.A. Arrendamento Mercantil 83 147 - -			
BMC Asset Management DTVM Ltda. 3 4 - -			
Serviços terceiros:			
BF Promotora de Vendas Ltda. - (389.855) (384.262) -			
b) Remuneração do pessoal-chave da Administração			
Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:			
• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e			
• A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.			
A Instituição é parte integrante da organização Bradesco e alguns de seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.			
Para 2013, foi determinado o valor máximo de R\$ 1.300 mil (2012 - R\$ 1.200 mil) para remuneração dos Administradores e de R\$ 1.300 mil (2012 - R\$ 1.200 mil) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.			
Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PN do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente à Resolução CMN nº 3.921/10, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.			
Benefícios de curto prazo e administradores			
		Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
		2013	2012
Proventos.....		1.243	1.174
Contribuição ao INSS		280	264
Total		1.523	1.438
Benefícios pós-emprego			
		Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
		2013	2012
Planos de previdência complementar de contribuição definida.....		1.300	1.189
Total		1.300	1.189
A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.			
Outras informações			
Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:			
a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;			
b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e			
c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.			
Desta forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.			
26) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social			
		Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
		2013	2012
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....		2.621.367	1.879.415
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente		(1.048.547)	(751.766)
Efeito no cálculo dos tributos:			
Participações em coligadas e controladas	(3.596)	(6.762)	
Despesas indutíveis líquidas de receitas não tributáveis (1)	4.336	(53.732)	
Juros sobre o capital próprio pagos	480.000	-	
Outros valores	41.363	31.480	
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(526.444)	(780.780)	
(1) Contempla o efeito fiscal resultante da adesão ao programa de parcelamento de débitos tributários, com anistia para liquidação de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), instituído pela Lei nº 12.865/13.			
b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social			
		Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
		2013	2012
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(921.336)	(1.362.261)	
Impostos diferidos:			
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias	394.892	581.481	
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(526.444)	(780.780)	
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS			
Aos Administradores do			
Banco Bradesco Financiamentos S.A.			
Osasco - SP			
Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Bradesco Financiamentos S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.			
Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis			
A Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.			
Responsabilidade dos auditores independentes			
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.			
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.			
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.			

Valor

análise setorial

Saiba mais, adquira:

<http://setorial.valor.com.br>

Levantamentos setoriais completos, de uma forma que só o Valor Econômico sabe fazer.

Valor

análise setorial

ECONÔMICO

Valor

Notícias que geram negócios.